



EXÉRCITO FRANCÊS — A REORGANIZAÇÃO DE 1976

Maurice Albert Philippe Beaugendre

Major de Infantaria (Exército Francês). Trabalho apresentado ao término (1979) de seu curso de Comando Estado-Maior na ECEME, Rio de Janeiro.

O Exército francês está vivendo hoje em dia um processo de profunda mudança, cuja origem no tempo se situa no início do ano de 1976 e cujo término foi previsto para 1980. A exposição dessa mudança, cujas consequências militares e políticas são muito importantes para a França, não poderia ser completa sem uma breve recordação histórica.

Com efeito, a França começou a experimentar, desde 1962, uma evolução marcante dos problemas relativos à defesa. O período 1962-1975, de fato, pode ser considerado como o primeiro período de reforma para as Forças Armadas francesas como um todo.

O ano de 1962 constitui o ponto inicial dessa reforma no Exército. Nessa época, o Exército retornava ao "hexágono", isto é, ao território metropolitano francês. Ao acabar com as operações militares na Argélia, o Exército viu-se tecnicamente fraco. Após 8 anos de

guerra, com seu "moral" bastante diminuído, o Exército perdeu o contato não somente com as realidades da vida da Nação, mas também com os problemas da situação estratégica na Europa. A única experiência válida que esse Exército adquiriu ficou restringida ao campo muito específico da luta contra a subversão, mas nem seu equipamento nem sua infra-estrutura eram adequadas às necessidades resultantes do programa nuclear francês. Portanto, o primeiro esforço do Exército visou a uma modernização imposta pelo novo conceito de Defesa Nacional, aliás, o conceito de *Dissuasão*, como emprego eventual do *Fogo Nuclear*.

No decorrer do período 1962-1975, o Exército se dedicou à renovação de sua doutrina e de sua estrutura. No domínio da doutrina, estudos sistemáticos foram conduzidos no campo do combate em ambiente nuclear. O Exército passa a incorporar, na mesma época, as téc-

nicas modernas, em particular, as técnicas da eletrônica. Vários estudos e várias experiências foram realizadas no que diz respeito às operações aeromóveis, às transposições rápidas de obstáculos, à submersão, à guerra eletrônica, ao combate noturno, aos mísseis.

No campo da estrutura, o esforço resulta no surgimento, em 1967, de um novo tipo de Grande Unidade, no caso, a Brigada Mecanizada tipo 1967. O "Corpo de Batalha" (Força Terrestre do Teatro de Operações – FTTO) é progressivamente organizado, como o Primeiro Exército, cujo Posto de Comando ficou instalado na cidade de Estrasburgo. Esse Primeiro Exército se articulou em 2 Corpos de Exército, ou seja, 5 Divisões, isto é, 15 Brigadas.

A nova organização territorial tornou-se adequada à disposição do hexágono francês. Em lugar das antigas 10 Regiões Militares, o território foi dividido em 7 Regiões Militares, totalizando 21 Divisões Militares Territoriais. O plano de mobilização das reservas foi renovado, a instalação material das unidades ficou melhorada.

No campo do armamento, o Exército iniciou o reequipamento das suas forças: a infantaria foi dotada de novos veículos blindados VTT AMX, capazes de deslocar-se com grupos de combate em qualquer terreno com uma velocidade média de 40 km/h. A defesa anticarros foi valorizada pelo míssil teleguiado SS 11 de "primeira geração", cuja "carga oca" destrói carros de combate, perfurando 600 mm de blindagem dentro de um alcance de 3.000 metros.

O caçador de combate pesado AMX 30, totalmente nacional, foi realizado. O Exército organizou seu próprio conjun-

to de helicópteros, cujo papel se torna cada vez mais importante na guerra moderna.

Em 1970 os equipamentos franceses passaram a substituir definitivamente o material americano. Nessa época, o Exército possuía mais de 650 carros de combate, 200 canhões auto-rebocados de 155 mm, 200 engenhos de combate de Engenharia, 12.000 caminhões poli-combustíveis.

Em 1975 já eram fabricados os materiais mais sofisticados, como o AMX 10, viatura mecanizada anfíbia, o novo míssil anticarro MILAN, o armamento sololar ROLAND, e por fim o sistema de armas PLUTON destinado a constituir o armamento nuclear tático do Exército francês.

Essas transformações nos campos da doutrina, da estrutura e dos equipamentos foram acompanhados por uma verdadeira revolução dos métodos de gestão e de administração: o Estado-Maior do Exército foi completamente reorganizado em 1973 (desapareceram os tradicionais 4 "Bureaux" ou Seções de Estado-Maior); a descentralização das responsabilidades de gestão levou à introdução dos "orçamentos de funcionamento" em todos os níveis, inclusive o Regimento.

Esse conjunto de reformas envolveu o largo emprego do Sistema de Processamento de Dados, introduzido no Exército em 1960, cujo papel atual é fundamental nas 6 funções essenciais da organização, do emprego, da logística, das finanças, da infra-estrutura e do pessoal.

A modernização progressiva dos equipamentos exigia a realização de um sistema de instrução caracterizada pelo largo emprego de métodos modernos de pedagogia.

Em consequência, o nível de competência geral dos oficiais e dos sargentos devia ser reavaliado. Assim, foi decidido aumentar o nível de conhecimento para o ingresso na Academia Militar (Ecole Spécialie Militaire de Saint-Cyr) que forma oficiais. Os cadetes que ingressaram, por exemplo, com a opção "Ciência", saem de Saint-Cyr, após completarem 2 anos de formação, detentores do diploma de engenheiro. Para uma função determinada de oficiais, o novo ENSINO MILITAR SUPERIOR CIENTÍFICO E TÉCNICO passou a permitir a obtenção, seja nas Universidades seja nas "Grandes Escolas" (Telecomunicações, Eletricidade, Minas etc.), de diplomas dos mais altos níveis. Aproximadamente 1/4 dos oficiais consegue entrar nesse ciclo de Ensino Militar Superior. Como consequências essenciais, o Exército passou a dispor de um corpo profissional dotado de uma formação científica e militar muito alta. De uma maneira geral, pode-se considerar que os oficiais do recrutamento direto (Saint-Cyr) passam de 5 a 7 anos nas escolas (Curso de Capitães, Escola de Guerra, Centro de Altos Estudos Militares, Instituto de Altos Estudos de Defesa), o que representa uma duração de aperfeiçoamento profissional significante, quando se sabe que a carreira média do oficial é de 35 anos.

A seleção do Corpo de Sargentos se tornou mais severa, a fim de aumentar o grau de competência técnica e a qualidade de militar dos mesmos.

A transformação mais profunda foi com referência ao estilo de chefia e às relações humanas. A comunidade militar se adapta aos modos de vida e ao pensamento da nossa época. Considerando que as formas de combate do futuro irão recorrer ao engajamento pessoal de cada combatente dentro de uma equipe,

o chefe militar passa a se esforçar em persuadir os homens que lhe são subordinados, procurando estimular nele o senso de responsabilidade e a iniciativa. O objetivo prático é a obtenção da participação máxima dos homens dentro do quadro da disciplina consciente. A fim de traduzir essa nova orientação, o regulamento básico da disciplina foi atualizado em 1966 e 1975, acompanhando o novo espírito colocado em prática.

Á abordar o ponto de partida da chamada REORGANIZAÇÃO, que coincide com o início do ano de 1976, é necessário destacar o cenário nacional que condicionará por muito tempo a evolução do Exército. O quadro nacional em 1976 pode ser esquematizado da forma que passamos a apresentar.

A França vive numa "sociedade de consumo" na qual a maioria dos indivíduos estão baseando suas vidas na busca do proveito material. Tal tipo de sociedade implica, entre outras consequências, numa forte redução do espírito de civismo. É uma sociedade permissiva, onde a mocidade pretende negar ou mesmo repelir qualquer forma de constrangimento e qualquer autoridade. Uma fração importante dos indivíduos jovens considera que a "détente" política, que parece instaurar-se entre as nações, justifica o abandono da noção de ameaça externa, assim negando o fato evidente do constante crescimento dos potenciais militares de vários países. A existência desse modo de julgar a situação internacional, da parte dos futuros recrutas, explica parcialmente o problema de caráter psicológico que o Exército terá de resolver. Por outro lado, o soldado convocado a partir de 1976 é pouco semelhante a seu antecessor de 1962. O seu nível de instrução é mais alto e ele deseja ser informado de tudo o que

acontece no âmbito da sua vida militar durante um ano.

O Exército, tendo em vista resolver esse problema, começa a estudar e a definir uma série de objetivos, principalmente a renovação da formação dos militares profissionais, a criação de um novo estilo de chefia e o desenvolvimento de um novo sistema de instrução. Esse sistema procura obter a participação ativa do soldado em todos os aspectos de sua vida militar no seio da unidade. Cada homem recebe uma informação sobre os objetivos do programa de instrução; cada um recebe também uma fração determinada de iniciativa de trabalho da sua equipe ou do seu grupo de combate. Assim, cada um se torna responsável, até certo ponto, pelos resultados alcançados pelo grupo. A função do instrutor militar se torna diferente, o instrutor é agora um organizador e um guia.

No campo da vida material e das necessidades psicológicas do soldado de conscrição, um esforço marcante de liberalização deve ser notado. Foram adotadas, nesse sentido, medidas recentes que tendem a proporcionar um modo de vida mais confortável como, por exemplo, a autorização de usar o vestuário civil fora do serviço, um regime melhorado de licenças, viagens gratuitas uma vez por mês e a participação dos soldados, em suas unidades, em comissões consultivas abrangendo os mais variados aspectos (alimentação, lazer, clubes desportivos etc.).

Todavia, ao mesmo tempo em que se põe em marcha esses esforços de liberalização, fortalece-se na vida militar o combate permanente à subversão, conduzindo-o com energia a fim de manter o valor fundamental da disciplina, cuja manutenção garante força e vigor ao Exército.

Por fim, o Exército, nesse período, procura aproximar-se mais intimamente do povo por ocasião de numerosas atividades externas e de manobras. Os quadros e os soldados tomam contato com a população por ocasião dos deslocamentos para os campos de manobra; as solenidades militares se multiplicam; o Exército mostra que pertence à Nação.

Dentro desse contexto nacional, que foi apenas esboçado, o Exército francês, uma vez iniciada sua progressiva adaptação à "crise da sociedade" que a Nação estava atravessando, tinha que se voltar para o próprio problema da adaptação aos novos conceitos de Defesa Nacional.

A idéia de reorganização decorre da evolução dos problemas de defesa da França. Para o entendimento futuro das implicações dessa idéia, é imprescindível formar uma idéia global desses problemas. Qual foi, portanto, em 1976, a estratégia adotada pela França? Quais são as missões decorrentes dessa estratégia para as Forças Armadas e, em particular, para o Exército? Uma recordação sumária tem que ser feita a fim de capacitar o leitor a ligar o conceito de reorganização ao conceito geral de defesa.

O princípio básico da estratégia militar atual é que a França quer garantir sua segurança. Num mundo perigoso, com grande instabilidade política e muitas incertezas, onde se desenvolve um fenômeno de "sobre-armamento" constante, essa segurança não pode ser garantida fora da posse do armamento nuclear.

A França, rejeitando as duas hipóteses extremas de "tudo ou nada nuclear" e da "batalha convencional", decidiu se orientar para o nomeado conceito da *sanctuarisation élargie* (santificação alargada) que consiste em garantir a integridade do território nacional e ficar em

condições de intervir nas áreas onde a segurança desse território puder ser ameaçada. A intervenção necessita da posse de forças permanentes disponíveis.

A França põe no centro de sua estratégia a idéia de INDEPENDÊNCIA, fundada no conceito de DISSUASÃO.

A dissuasão, que visa unicamente a dissuadir qualquer agressão de colocar nossa liberdade em perigo, depende estreitamente do armamento nuclear estratégico e tático.

Por fim, há que realçar que a idéia de INDEPENDÊNCIA, no campo militar, significa claramente possuir os meios de garantir a segurança e decidir livremente o emprego dos meios a engajar e das missões que lhe serão atribuídas. Dentro desses meios, que seriam eventualmente empregados num conflito, o A.N.T. – “armamento nuclear tático” – tem um significado particular. A França possui, de fato, o ANT sob duas formas de emprego: em primeiro lugar, a bomba AN 52, que pode ser lançada pelos aviões MIRAGE III e JAGUAR, da Força Aérea Tática, e pelos aviões SUPER ETENDARD, da Aeronáutica. Em segundo lugar, o sistema de armas superfície-superfície PLUTON. O ANT é uma arma “anti-forças”, o que significa que é destinada ao campo de batalha, visando a eficácia militar. Todavia, o problema do emprego do ANT é de natureza política. Com efeito, seu emprego eventual significaria a determinação absoluta da França de usar represálias táticas totais contra o agressor, assim avisando a esse agressor da possibilidade de réplica estratégica, caso isso seja necessário. Caso o emprego do ANT fosse limitado ao Exército, qual seria o processo de emprego? Para o caso de possível agressão contra a França, as Forças Terrestres

têm que permanecer preparadas para participar, como componente principal do Teatro de Operações, numa seqüência político-militar cujas fases essenciais seriam:

– ficar em condição de avaliar o nível da agressão, por meio do emprego do fogo nuclear tático, obrigando o inimigo a revelar suas intenções, a fim de ganhar os prazos necessários para a informação e a posterior tomada de decisões do Governo.

– caso o atacante manifeste a vontade de ultrapassar o “limite crítico” fixado pelo governo, ganhar um prazo de reflexão adicional para que o governo decida desencadear o emprego das Forças Nacionais Estratégicas. Esse prazo suplementar só deverá ser ganho através do uso, mediante ordem do governo, do A.N.T.

De fato, trata-se de um sistema de dissuasão incluindo dois escalões sucessivos no tempo: um primeiro escalão implicando o emprego do ANT; um segundo escalão envolvendo a atuação das Forças Estratégicas. A credibilidade do escalão tático valoriza a credibilidade do sistema de dissuasão como um todo.

Uma particularidade notável do ANT é que sua capacidade está baseada na neutralização das forças inimigas, e não na destruição das mesmas. É fundamental, portanto, que o ANT seja empregado em associação com forças de aproveitamento de êxito, capazes de explorar em seus efeitos. Considerando o processo político-militar exposto, a batalha das forças terrestres poderá abranger três fases:

– Primeira fase: informar o governo quanto ao valor e às características das forças do agressor.

– Segunda fase: Destruir as forças do agressor, através do engajamento com-

plete das Forças Terrestres no Teatro de Operações e da utilização do ANT, mediante ordem do governo, a fim de mostrar a firme vontade deste último de recorrer, passado um certo limite, às armas estratégicas.

– Terceira fase: Desencadear o ataque das forças nacionais estratégicas.

Concluindo quanto ao ANT, pode-se afirmar que o ANT "superfície-superfície" só tem um significado real quando empregado em um ambiente estratégico capaz de garantir sua credibilidade. Esse ambiente (em francês, o chamado "environnement") só pode ser baseado no componente terrestre, ou seja, Forças Terrestres potentes e modernas.

Após a exposição sumária da atual concepção geral do emprego das Forças Terrestres, convém delinear as missões das Forças Armadas da França que levaram a essa concepção.

A missão das Forças Armadas é múltipla: assegurar, a qualquer momento, a "cobertura geral" do território metropolitano; garantir a segurança das fronteiras terrestres, marítimas, aéreas, bem como dos "departamentos e territórios ultramarinos"; e, caso seja necessário, participar da defesa da Europa.

Por outro lado, sendo a França ligada, por força de acordos ou de solidariedade econômica ou cultural, a certos países, a missão de suas Forças Armadas é cumprir com esses compromissos, mesmo fora da Europa. E, finalmente, as Forças Armadas têm a missão de proteger os franceses que vivem fora do território metropolitano.

A dissuasão, para ser totalmente eficaz, tem que abranger uma variedade de meios que garantam sua credibilidade. Os meios necessários tomam a forma do armamento nuclear e do armamento convencional, cuja posse garante a coe-

rência da Defesa. Assim, forças nucleares e forças convencionais são complementares. A idéia de reorganização do Exército resulta diretamente da vontade de realizar um melhor equilíbrio do sistema de organização da Força Nuclear (1960-1975), a diminuição dos créditos da Defesa provocou uma queda de nível das forças convencionais, tanto em qualidade como em quantidade.

A idéia de reorganização é ligada à necessidade de restabelecer uma dosagem mais harmoniosa entre as duas categorias de forças. Além disso, uma motivação suplementar diz respeito à ameaça principal constituída pelo Pacto de Varsóvia, ameaça cada vez mais "convencional", conduzindo a França a modernizar também suas forças convencionais. Os objetivos fundamentais da reorganização resultam estreitamente dessa idéia de modernização. Trata-se, em linha geral, de:

- aumentar a mobilidade das forças
- tornar as forças polivalentes.

O conceito de polivalência se opõe ao conceito de especialização. As três categorias precedentes de forças terrestres – forças de manobra, forças de intervenção e forças de defesa do território – eram especializadas em suas missões, fato que gerava certas limitações das suas capacidades. Aptas a resolver situações determinadas, não o eram a reforçar-se mutuamente.

A nova organização visa estabelecer melhores condições de eficácia militar através da constituição de unidades que sejam todas operacionais, do mesmo tipo, aptas a enfrentar situações variadas, bem como a reforçar-se mutuamente. Dessa forma, todas essas forças ficaram em condição de participar na batalha.

Dentro da idéia geral de "harmonização" entre Forças Nucleares e Forças

Convencionais, não deverá ser perdido de vista, porém, que as Forças Nucleares conservam a prioridade absoluta, e o esforço estará sendo feito mais para melhorá-las no aspecto qualitativo do que no quantitativo. O Presidente da República disse que "nossa armamento nuclear é o fundamento da nossa Defesa Nacional". As Forças Convencionais aparecem como complemento indispensável às Forças Nucleares, já que uma única dissuasão — a nuclear — seria extremamente perigosa.

Assim, a possibilidade de um ataque indireto ou limitado, por parte de um agressor, confere à posse das Forças Convencionais sua grande significação.

Feita esta recapitulação sumária, que conduz à compreensão da idéia de Reorganização, propomos-nos a mostrar sua concretização. Seguiremos, portanto, o plano de exposição em conformidade com o índice abaixo:

- Mobilização
- O novo conceito da DOT — Defesa Operacional do Território
- A nova Força Terrestre de Intervenção

4. *Aspectos Financeiros da Reorganização*

5. *Conclusão*

Situação em 1975, antes da Reorganização

O Exército francês deu início, em fins de 1975, a um processo de profunda reorganização. Dentro desse processo, a busca da realização das melhores estruturas possíveis, para cumprir as missões fixadas e para levar em conta o progresso do nível técnico dos equipamentos, constitui uma preocupação constante para qualquer Estado-Maior. Portanto, surge a necessidade de pôr em dia as estruturas existentes e, se for o caso, reformá-las. É fato conhecido que uma reforma de estruturas se torna necessário cada dez ou quinze anos, a fim de conseguir a sua constante adaptação.

1. *Situação em 1975, antes da Reorganização*

- a. As estruturas em 1975
- b. As diretrizes

2. *Princípios Diretores e suas Consequências*

- a. Princípios
- b. Consequências dos Princípios sobre:
 - As capacidades operacionais
 - O comando
 - Os efetivos
 - Os equipamentos

3. *Modalidades de Execução da Reorganização*

- a. Organização Geral das Forças
 - Organização Geral das Forças em tempo de paz
 - Estruturas e emprego das novas GU

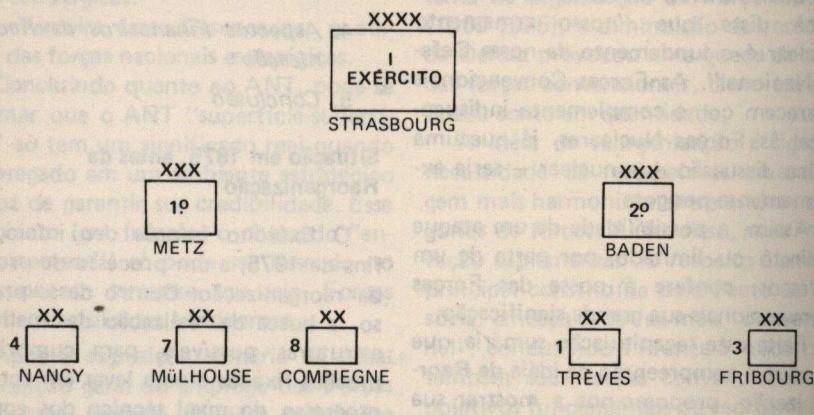
Tínhamos visto que o Exército francês reformulara suas estruturas ao cabo das operações na Argélia, a partir de 1962. Outros exércitos ocidentais também realizaram reformas profundas, com motivos freqüentemente semelhantes aos que nortearam a reorganização francesa.

a. *As estruturas de 1975*

O Exército era dividido em três grandes categorias de forças:

- Forças de Manobra
- Forças de Defesa Operacional do Território (DOT)
- Forças Terrestres de Intervenção

FORÇAS DE MANOBRA



DEFESA OPERACIONAL DO TERRITÓRIO

- 2 Bda de Montanha
- 27 RI
- 7 R Rec (Cavalerie Légère Blindée)
- Gendarmerie

FORÇAS TERRESTRES DE INTERVENÇÃO

- 9^a Bda de Marinha
- 11^a Div. Pqdt.
- Forças de Ultra Mar

FORÇAS TERRESTRES ATÉ 1975

(FIGURA 1)

Forças de Manobra

Essas forças eram, em essência, enquadradas pelo I Exército, constituindo o componente terrestre do Teatro de Operações (constituído de Forças de Manobra e da Força Aérea Tática).

O I Exército era dotado do seguinte pessoal e material:

- 180.000 homens (tempo de guerra)
- 1.200 carros de combate AMX 13
- 900 carros de combate AMX 30
- 1.400 VTT (viatura blindada de

transporte de tropas)

- 300 obuseiros ou canhões
- 200 helicópteros
- 3.200 viaturas sobre rodas

O Posto de Comando do I Exército ficava em Estrasburgo e sua articulação era a seguinte:

- 1.º Corpo de Exército (Metz), incluindo:
 - 4.^a Divisão (Nancy)
 - 7.^a Divisão (Mulhouse)
 - 8.^a Divisão (Compiègne)
- 2.º Corpo de Exército (Baden),

incluindo:

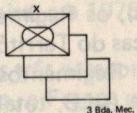
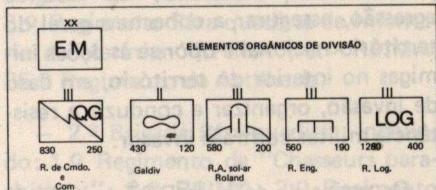
- 1.ª Divisão (Treves)
- 3.ª Divisão (Friburgo)

Cada Divisão, tipo "1967", constava de:

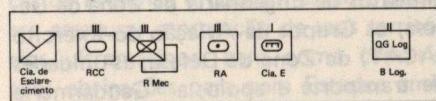
- 16.400 homens
- 4.590 veículos.

Era constituída de 3 Brigadas Mecanizadas e elementos orgânicos divisionários.

EFETIVOS 16000
VEÍCULOS 4600 (900 BLINDADOS)



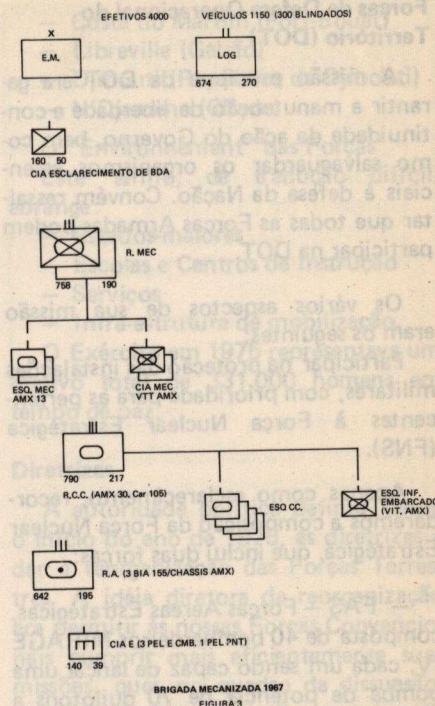
3 Bda. Mec.



DIVISÃO 1967

(FIGURA 2)

A missão das Forças de Manobra era mostrar, a qualquer eventual agressor, nossa determinação de empregar as armas de repressão maciça, caso a gravidade da ameaça o exigir; atuar, numa direção de atuação estratégica determinada, com um grau de violência suficiente, contra uma fração escolhida das forças inimigas, de forma que o inimigo perca a iniciativa local e seja conduzido a adotar um determinado "prazo de reflexão". Essa ação inclui a utilização do Armamento Nuclear Tático (ANT), desde que seu emprego esteja autorizado pelo Governo.



As Forças de Manobra tinham em vista se defrontar com grandes unidades blindadas e mecanizadas. Sua ação seria ofensiva, com todos os meios reunidos, o que significava que o emprego dos meios convencionais e nucleares seria estreitamente coordenado: As forças de "melée" sendo encarregadas de aproveitar o êxito dos efeitos dos fogos nucleares ou da preparação de seu emprego.

A seqüência de um engajamento das Forças Armadas seria a seguinte:

— uma fase inicial de Informação (missão das forças aéreas e das unidades de Cavalaria Leve Blindada e da ALAT (Aviação Leve do Exército)).

— uma fase de emprego de todos os meios visando a destruição das forças inimigas.

Forças de Defesa Operacional do Território (DOT)

A missão precípua da DOT era garantir a manutenção da liberdade e continuidade da ação do Governo, bem como salvaguardar os organismos essenciais à defesa da Nação. Convém ressaltar que todas as Forças Armadas podem participar na DOT.

Os vários aspectos de sua missão eram os seguintes:

Participar na proteção das instalações militares, com prioridade para as pertencentes à Força Nuclear Estratégica (FNS).

Apenas como esclarecimento, recordaremos a composição da Força Nuclear Estratégica, que inclui duas forças:

— FAS — Forças Aéreas Estratégicas, composta de 40 bombardeiros MIRAGE IV, cada um sendo capaz de lançar uma bomba de potência de 70 quilotons a uma distância de 4.000 km de sua base de partida (contando com o reabastecimento em vôo) e voltar a essa base; 1 esquadrilha de reabastecimento em vôo (aeronaves do tipo C 135); 18 mísseis SSBS (superfície-superfície-balístico-estratégico), cada míssil sendo capaz de lançar uma carga nuclear de 150 quilotons a uma distância de 3.000 km.

— FOST — Força Oceânica Estratégica, composta de: 4 submarinos nucleares lança-mísseis (operacionais desde 1977) "Le Redoutable", "Le Terrible", "Le Foudroyant" e "L'Indomptable". Cada submarino é armado com 16 mísseis M20 (mar-superfície-balístico-estratégico) de um alcance de 3.500 km, com uma única "cabeça" de 500 megatonas a 1 quiloton (cabeça termonuclear). Um quinto submarino ("Le Tonnat")

estava previsto para entrar em operação em 1980. Recentemente tomou-se a decisão de construir um sexto submarino nuclear, "L'Inflexible", que entrará em operação em 1985. Na mesma data, entrará em serviço, em todos os submarinos, o míssil M5 com cabeças múltiplas e de um alcance de 4.500 km (7 cabeças nucleares). Cada submarino é capaz de navegar imerso durante meses.

Ainda a DOT deverá, em caso de agressão, assegurar a cobertura geral do território nacional e opor-se às ações inimigas no interior do território; em caso de invasão, organizar e conduzir a resistência militar contra o invasor.

Os meios de ação da DOT eram basicamente: Brigada de Montanha (2 Brigadas Alpinas), os Regimentos de Infantaria das Forças do Território (RIFT, 27 no total), os Regimentos de Cavalaria Leve Blindada (CLB, total de 7), os Regimentos de Engenharia de Zona de Defesa, os Grupos de Aviação do Exército (ACAT) de Zona de Defesa; as unidades de transporte e apoio; a "Gendarmerie Nationale".

Forças Terrestres de Intervenção

Essa força é especialmente adequada a tipos de operações militares nomeadas "ações exteriores", entre as quais, garantir a segurança dos departamentos e territórios ultramarinos; assegurar a defesa de nossos interesses exteriores, em particular marítimos, participando da segurança do tráfego marítimo necessário ao abastecimento do país; contribuir para a segurança dos países aos quais a França é ligada por acordos ou por uma efetiva solidariedade. O termo "intervenção" abrange todas as "ações externas".

Antes da reorganização, a Força Terrestre de Intervenção era constituída de:

– 9.º Brigada de Marinha (1.º, 2.º e 3.º Regimentos de Infantaria de Marinha, Regimento de Infantaria de Carros de Marinha, 11.º Regimento de Artilharia de Marinha, 409.º Batalhão de Comando e Serviços).

– 11.ª Divisão Pára-quedista, incluindo: 1.ª Brigada Pára-quedista; 9.ª Brigada de "Chasseurs parachutistes"; 3.º Regimento Pára-quedista de Infantaria de Marinha "RPIMA"; 8.º RPIMA; 35.º Regimento de Artilharia.

– 2.ª Brigada Pára-quedista, incluindo: 1.º Regimento de "Chasseurs parachutistes"; 6.º RPIMA; 2.º Regimento Estrangeiro Pára-quedista (que atuou em Kolwezi, no Zaire, em 1978).

Além dessas três categorias básicas de forças militares, a França mantinha Forças de Presença ultramarinas, cujo papel era assegurar a proteção de seus territórios ultramarinos, bem como cumprir suas obrigações para com Estados amigos. Essas forças tinham um efetivo da ordem de 21.000 homens. Eram organizadas em 7 Comandos:

- Antilhas—Guiana (Guadalupe, Martinica, Guiana)
- Cabo Verde (Senegal)
- Oceano Índico (Reunião)
- África Central
- Nova Caledônia
- Polinésia
- T.F.A.I. (Djibouti)

Além disso, a presença militar francesa existia em países que têm concluído acordos de defesa com a França:

- Senegal (Dacar)

- Costa do Marfim (Port-Bouet)
- Libreville (Gabão)
- Djibouti (República de Djibouti)
- N'Djamena (Chade)

O "Environnement" das Forças

Este termo, de tradução difícil, abrange:

- Estados-maiores
- Escolas e Centros de Instrução
- Serviços
- Infra-estrutura de mobilização.

O Exército em 1975 representava um efetivo total de 331.000 homens em tempo de paz.

Diretrizes

A autoridade política definiu, desde o início do ano de 1975, as diretrizes a dar à reorganização das Forças Terrestres. A idéia diretrora da reorganização era permitir às nossas Forças Convencionais cumprir mais eficientemente suas missões, quer no quadro da dissuasão, quer no quadro das "ações exteriores". Neste fim, era uma imposição aumentar ou desenvolver as características de MOBILIDADE, POLIVALENCIA e DISPONIBILIDADE imediatas dessas forças.

No campo dos efetivos haveria uma deflação de 20.000 homens (somente os "convocados") até 1980, devendo o efetivo nesse ano, passar a 311.000 homens (em vez dos 331.000 atuais).

PRINCÍPIOS DIRETORES E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Princípios

Das orientações recebidas, o Exército extraiu os princípios seguintes:

- Redução dos Custos Gerais

O Exército tem que aumentar o número de formações de combate sem au-

PRINCÍPIOS DIRETORES DA REORGANIZAÇÃO

Redução dos Custos Gerais
Polivalência das Forças
Mobilidade Superior
Unidade de Comando
Distribuição Geográfica Ótima
Mobilização mais Eficiente

FIGURA 4

mentar os efetivos "orçamentários". Este acréscimo será realizado em detrimento dos estados-maiores e dos organismos que não participam diretamente da preparação para o combate, e cujos efetivos serão reduzidos.

Polivalência das forças

A disparidade entre as forças equipadas com material moderno blindado e mecanizado, e as forças "do território", menos favorecidas neste campo, deve desaparecer.

Todas as categorias de forças têm que se tornar mais homogêneas e mais polivalentes, isto significando que essas forças devem estar capacitadas a cumprir missões as mais variadas. A polivalência é necessária, em particular, para as forças que, até este momento, eram especializadas em missões estáticas de Defesa do Território. O objetivo deste princípio é a posse de uma só categoria de forças substituindo, assim, a separação em três categorias.

Mobilidade Superior

Trata-se de dar às forças uma mobilidade superior, tanto para a ação no interior do Território quanto para a ação externa. Isto implica na motorização geral das Grandes Unidades.

Unidade de comando

Existiam, na organização tradicional do Exército, dois tipos de comando, ou seja:

- o Comando Operacional
- o Comando Territorial

O fato de exercer o comando operacional permitia, por exemplo, ao General Comandante de uma DIVISÃO MILITAR (fração da área militar básica chamada REGIÃO MILITAR), fixar as missões das unidades subordinadas implantadas nesta DIVISÃO MILITAR e exercer o completo controle tático dessas unidades. Este tipo de comando não incluía poderes administrativos ou responsabilidade logística. Desta forma, as mesmas unidades recebiam ordens provindo de 2 cadeiras hierárquicas, por exemplo: uma ordem oriunda da Região Militar, e outra da Divisão.

A nova organização visa a suprimir esta dualidade de Comandos através da fusão entre o Comando Operacional e o Comando Territorial (por exemplo: fusão dos Comandos do 1.º Corpo de Exército e da 6.ª Região Militar, fusão da 11.ª Divisão Pára-quedista e da 44.ª Divisão Militar Territorial...).

Distribuição geográfica mais harmônica das formações militares no território nacional

A maioria das forças era concentrada nas partes NORTE e ESTE da FRANÇA e na ALEMANHA. A nova distribuição dessas forças visa a levar em conta a diversificação das ameaças, como também a ampliar a "presença militar" a outras regiões do território, assim favorecendo o melhor conhecimento das suas forças armadas, pelos cidadãos.

Mobilização mais eficiente

Trata-se de dar uma eficiência maior ao sistema de mobilização das reservas,

visando obter uma superior DISPONIBILIDADE OPERACIONAL por parte das unidades de reserva.

O papel da Mobilização é fundamental, porque permite praticamente multiplicar por dois as possibilidades do Exército ativo. O novo sistema ("Derivação") será explicado mais adiante.

Conseqüências dos Princípios Diretores

Os princípios expostos acima terão os seguintes reflexos nos Campos da operacionalidade, dos efetivos e dos equipamentos.

CAPACIDADES OPERACIONAIS

	1975	1981
PAZ		
FORÇAS	210.000	205.500
Environnement	121.000	105.500
TOTAL	331.000	311.000
GUERRA		
FORÇAS	465.000	526.000
Environnement	184.000	
TOTAL	649.000	
	Dos quais: Mobilização: 318000	Dos quais: Mobilização: 215000

FIGURA 5

O número de unidades elementares de combate permanecerá quase o mesmo (730 em vez de 740). O número de regimentos e formações de apoio passará de 230 a 205 devido à implantação da estrutura quaternária nos regimentos e Grandes Unidades, o que vai favorecer a potência de combate e a disponibilidade operacional em tempo de paz.

Os regimentos que pertenciam às Forças do Território vão ser agrupados em novas Grandes Unidades. O princípio de polivalência implica na moderni-

zação dos equipamentos e na motorização progressiva destes regimentos.

O sistema da DERIVAÇÃO permitirá organizar regimentos e divisões de mobilização: cada regimento ativo gerando, em tempo de emergência, um regimento de reservas mobilizado.

As divisões de reservas assim constituídas recebem missões de Defesa do Território. Uma vantagem marcante da Derivação é que as Divisões da ativa que asseguram a cobertura do território, podem ser chamadas a sair de suas zonas de estacionamento em função da situa-

ção de crise. Portanto, é necessário que a cobertura seja assegurada por unidades de reservas. Convém ressaltar que a GENDARMERIE-NATIONALE poderá também duplicar seus efetivos através do sistema de DERIVAÇÃO.

Comando

Uma melhor "unidade de comando" será obtida pela atribuição, do Comando sobre todas as forças estacionadas no território da Região aos generais comandantes de Região Militar. Por outro lado, haverá uma fusão dos Comandos "territorial" e "operacional". Como exemplo, já foram realizadas as seguintes fusões:

— 1.º Corpo de Exército e 6.ª Região Militar (Metz).

— 4.ª Divisão (Nancy) e 61.ª Divisão Militar Territorial.

— 11.ª Divisão (Toulouse) e 44.ª Divisão Militar Territorial.

Assim, um total de 9 Divisões Militares Territoriais (das 22 Div Mil Ter atuais) vão ser unidas com as Divisões das Forças.

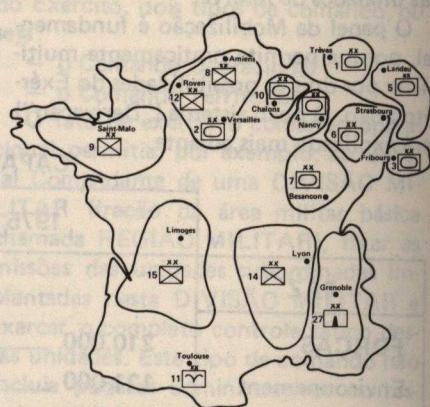
A cadeia de comando terá prazos de reação mais curtos graças a essa união e o número de Estados-Maiores passará de 59 a 42.

Este conjunto de medidas no campo do comando trará, em resumo, os seguintes reflexos:

— nas operações em tempo de guerra, a redução dos prazos de transmissão de ordens e relatórios;

— em tempo de paz, diminuição do peso do comando sobre os Regimentos, os quais não serão mais "divididos" entre autoridades "operacionais" e autoridades "territoriais";

— em geral, todas essas medidas são geradoras de economia de efetivos.



Efetivos

O efetivo fixado para o Exército em 1980 é de 311.000 homens, tendo sido, em 1976, de 331.000.

A diminuição está sendo de 20.000 homens (unicamente "convocados"). Deve ser notado que, no campo de efetivos, tal medida é relativa às duas seguintes categorias:

"Environnement" (infra-estrutura)

Esta categoria inclui essencialmente, como já vimos:

- a Administração Central "terra";
- o Comando Territorial;
- o Recrutamento;
- a formação de Pessoal (Escolas, Centros de Instrução);
- os organismos de Apoio Administrativo; e
- os Centros de Mobilização.

Os efetivos do "Environnement" passarão de 121.000 a 105.500 (menos 15.500), o que representa uma redução de 13%.

Forças

As forças estão perdendo somente 2% de seus efetivos, passando de 210.000 a 205.500 (menos 4.500). Um esforço considerável está sendo feito para reduzir o "deficit" existente nos efetivos necessários às unidades. A taxa de satisfação das necessidades, em efetivos de tempo de paz, está passando de 90% em 1976 a 97,5% em 1980.

Graças à redução do "environnement", a taxa de enquadramento (proporção de quadros) de determinadas unidades será reforçada. O problema dessa taxa é, com efeito, de importância fundamental para a eficácia do Exército, sobretudo em razão da evolução dos equipamentos, os quais exigem um acréscimo em pessoal altamente especializado. Por exemplo:

- num Regimento de Artilharia de 155 mm auto-rebocado "convencional", o efetivo total é de 950, dos quais 750 praças e 144 sargentos: a taxa de enquadramento é de 1 sargento para 5 praças (aproximadamente).

- num Regimento de Artilharia superfície-ar ROLAND (equipamento moderno sofisticado), o efetivo total é de 1.050, dos quais 730 praças e 263 sargentos, ou seja, mais de 1 sargento para 3 praças.

Em resumo, no campo dos efetivos, os esforços de reorganização visam essencialmente a:

- conservar um poder operacional equivalente, apesar da redução;
- assegurar o serviço dos equipamentos novos;
- melhorar a taxa de satisfação de efetivos das unidades.

Equipamentos

No campo de equipamentos, a modernização está sendo realizada sobretudo em benefício das, antigamente chamadas, "Forças de Defesa Operacional do Território", que estão sendo progressivamente motorizadas ou mecanizadas, equipadas com mísseis anticarros de "segunda geração" MILAN (a primeira geração sendo dos tipos ENTAC e SS11) que apresentam, entre outras vantagens, uma utilização em combate muito simples.

De uma maneira geral, essas forças passam a ter seus equipamentos aumentados nos seguintes campos:

- armamento anticarro (MILAN)
- apoio indireto. Assim chamados os fogos realizados no âmbito da manobra da GRANDE UNIDADE, e que facilitam, indiretamente, a ação das unidades subordinadas – são essencialmente fogos de profundidade e de contrabateria. A artilharia Superfície-Superfície

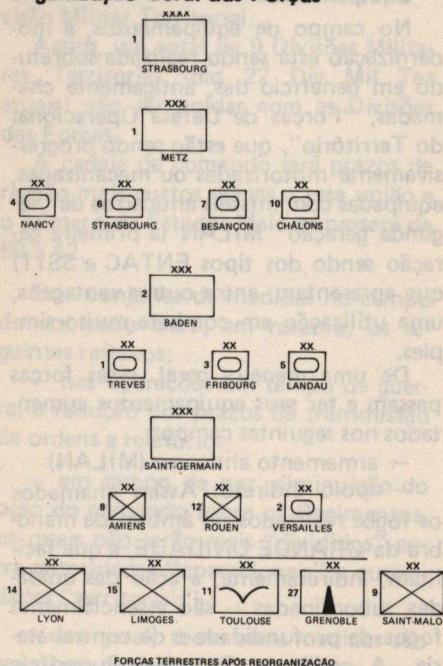
passou a receber, a partir de 1980, os Canhões Auto-propulsados de 155 mm GCT (grande cadência de tiro) montados sobre chassis AMX 30. O alcance máximo deste material é de 23.500 metros.

Comunicações – Meios de transporte – Meios de Apoio Logístico

Após a exposição da situação em 1975 e dos princípios diretores escolhidos para a reorganização, bem como suas consequências nos campos da capacidade operacional, do comando, dos efetivos e dos equipamentos, passaremos a apresentar as modalidades de execução da reorganização.

MODALIDADES DE EXECUÇÃO DA REORGANIZAÇÃO

Organização Geral das Forças



Organização Geral das Forças em Tempo de Paz

Em fim do período de reorganização (1980), as forças ficam com a seguinte organização:

O I Exército, organizado em 10 Divisões:

— 1.º Corpo de Exército: 4 Divisões Blindadas

— 2.º Corpo de Exército: 3 Divisões Blindadas

— 3.º Corpo de Exército: 1 Divisão Blindada, 2 Divisões de Infantaria

— Outras forças: 5 Divisões (14.ª DI, 15.ª DI, 11.ª Div Pqdt, 9.ª DIMA – 27.ª DA)

Estruturas e Emprego das Grandes Unidades

Em 1967, a Grande Unidade de base era a BRIGADA. A nova Grande Unidade de base atual é a Divisão de tipo 1977. É uma unidade que combina armas, coerente, capaz de conduzir o combate com autonomia durante um tempo determinado. Porém, essa GU é normalmente empregada no âmbito da manobra do Corpo de Exército, cujas características essenciais convém ser revogadas.

O Corpo de Exército constitui:

— o escalão de emprego do ANT (armamento nuclear tático);

— o escalão da manobra tática, que conduz a ação das GU;

— o escalão mais alto do processamento de informações;

— o escalão de emprego e coordenação da manobra superfície-ar;

— o escalão de emprego do apoio aéreo prestado no âmbito da manobra aéroterrestre;

— o escalão logístico completo que distribui os recursos e entrega-os aos elementos subordinados.

O Corpo de Exército enquadra de 3 a 5 Divisões (Blindadas ou de Infantaria) e "E.O.C.A." (Elementos Orgânicos de Corpo de Exército) aptos a reforçar as divisões ou a atuar numa ação de conjunto. Os E.O.C.A. representam um importante volume de forças – aproximadamente 25.000 homens e cerca de 6.000 veículos.

O Corpo de Exército conduz sua manobra numa zona de 50 a 80 km de largura e de 120 a 150 km de profundidade.

A composição dos E.O.C.A. é a seguinte:

- Comunicações: 3 Regimentos.
- Cavalaria de Reconhecimento: 2 Regimentos (CLB).
- Helicópteros: 1 Grupo de helicópteros leves e 2 Regimentos de helicópteros de combate.
- Infantaria: 1 Regimento de C.A. (motorizado VAB/MILAN).
- Artilharia Antiaérea: 1 Regimento Misto "ROLAND BITUBES" 30 mm (para a defesa a baixa, e muito alta, altitudes). 1 Regimento ROLAND. 1 Regimento HAWK-HIP (para a defesa a média e baixa altitudes).
- Busca de alvos: 1 Regimento (radar de longo alcance – DRONES).
- Artilharia nuclear: 2 Regimentos PLUTON.
- Artilharia superfície-superfície: 2 Regimentos de 155 mm GCT.
- Circulação: 2 Regimentos de Circulação.
- Engenharia: 2 Regimentos de Engenharia de C.A.

A execução das operações logísticas do Corpo de Exército é atribuída a uma Grande Unidade: a BRIGADA LOGÍSTICA que presta o apoio logístico ao conjunto do Corpo de Exército e às uni-

dades em reforço. Tem um efetivo de 13.000 homens e 3.700 veículos.

Como já dissemos anteriormente, a nova Grande Unidade básica é a Divisão, do tipo 1977. Sua característica de polivalência permite rápida adaptação às missões que não são as tradicionais. Os diversos tipos de Divisão são os seguintes:

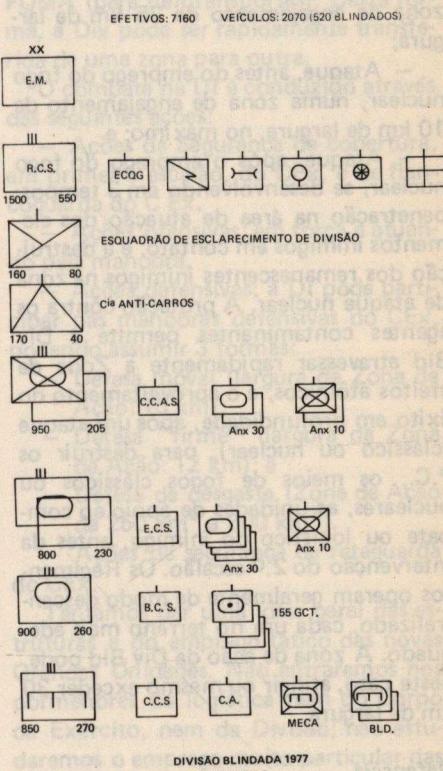


FIGURA 9

Sua articulação quaternária (2 Regimentos Mecanizados – 2 Regimentos de Carros) lhe confere uma grande flexibilidade de emprego e permite mudanças de atitude rápidas em curso de engajamento. É especialmente apta ao combate ofensivo conduzido com ritmo rápido. Suas limitações (deficiência em Infan-

ria, por exemplo) levam-na a evitar o combate estático. Ela não se engaja em zonas de difícil acesso e movimento se não receber reforços de Infantaria. A Div Bld pode receber os seguintes tipos de missões:

Ofensiva

— Reconhecimento ofensivo numa zona de engajamento de 25 km de largura;

— Ataque, antes do emprego do fogo nuclear, numa zona de engajamento de 10 km de largura, no máximo;

— Ataque, após o emprego do fogo nuclear, se desenvolvendo em 3 tempos: penetração na área de atuação dos elementos inimigos em contato; e a destruição dos remanescentes inimigos na zona de ataque nuclear. A proteção contra os agentes contaminantes permite à Div Bld atravessar rapidamente a Zona de efeitos atômicos, e o aproveitamento do êxito em profundidade, após um ataque (clássico ou nuclear), para destruir os P.C., os meios de fogos clássicos ou nucleares, as unidades de apoio ao combate ou logístico do inimigo, antes da intervenção do 2.º escalão. Os Regimentos operam geralmente de modo descentralizado, cada um no terreno mais adequado. A zona de ação da Div Bld pode, neste caso, atingir ou mesmo exceder 30 km de largura.

Defensiva

Apesar de ser concebida essencialmente para o combate ofensivo, a Div Bld pode receber missões defensivas de 2 tipos:

Ação retardadora

Conduzida numa grande profundidade, a fim de ganhar tempo (trocando espaço por tempo), com uma articulação

em 2 escalões numa Zona de ação de 20 km de largura no máximo. Esta manobra pode se constituir na fase preliminar de um ataque nuclear.

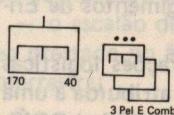
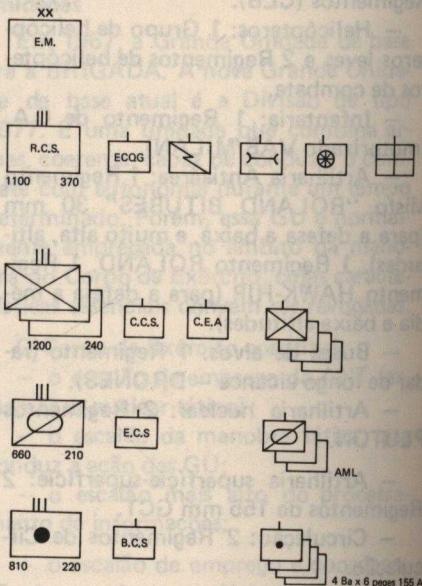
Defesa em posição

— Defesa de área, combinando ações para conter ou deter o inimigo durante um tempo determinado e utilizando contra-ataques, num espaço de manobra de 10 km de largura máxima.

— Defesa móvel: numa zona de ação mais profunda e de largura até 15 km, onde possa manobrar, combinando ações para conter e contra-ataques.

A Divisão de Infantaria

EFETIVOS: 6460 VEÍCULOS: 1640



170 40
3 Pel E Comb.
Pel E.Prt.

DIVISÃO DE INFANTARIA 1977

FIGURA 10

Articulada em 3 Regimentos de Infantaria e 1 Regimento de CLB, esta Div é altamente móvel, graças ao transporte de todos seus elementos (VAB ou veículos táticos). É extremamente dotada de armamento anticarro. A Divisão dotada de "veículos táticos" conduzirá um combate mais estático que a "valorizada" (sobre VAR).

A divisão "valorizada" (sobre VAB) possui AMX 10 RC e VAB/HOT no seu Regimento de CLB, enquanto a divisão sobre veículos táticos tem apenas AML — "autometalhadoras ligeiras". Desta forma, a primeira tem uma potência de fogo anticarro superior. Por outro lado, os VAB têm uma mobilidade e uma proteção contra guerra química e bacteriológica — QBR — superior. A proteção contra os tiros de armas ligeiras e contra os efeitos da artilharia de campanha, permitem à Div Inf valorizada desembarcar suas unidades rapidamente, à distância reduzida do inimigo. Os VAB, anfíbios, facilitam as transposições de curso d'água e as manobras de infiltração.

A forte dotação em AM 10 RC, VAB/HOT, VAB antiaéreo e MILAN, tornam a Div Inf particularmente apta a combater em proveito direto das Div Bld, em ambiente de emprego do fogo nuclear.

De um modo geral, a Div Inf combate desembarcada, protegida e apoiada pelo regimento de CLB. Ela procura conduzir ações flexíveis. Face a um inimigo blindado-mecanizado, a Div Inf obtém sua melhor eficácia em terreno coberto, também nas localidades ou zonas urbanizadas, enfim, em todas as áreas onde ela possa utilizar seu armamento anticarro. Ela evita o combate de encontro com unidades blindadas. Uma das suas mais interessantes características é sua AEROMOBILIDADE, graças ao emprego dos helicópteros do Corpo

de Exército (cada Corpo de Exército possui 2 Regimentos de Helicópteros de Combate). Cada Regimento de Helicópteros de Combate, "RHC", tem 72 helicópteros dos 3 tipos, ou seja: 20 helicópteros de informação — helicópteros ligeiros tipo SA 341 GAZELLE; 30 helicópteros anticarros — GAZELLE/HOT; 22 helicópteros de manobra SA 330 PUMA (para helitransportes). Desta forma, a Div pode ser rapidamente transferida de uma zona para outra.

O combate na DI é conduzido através das seguintes ações:

- Ações de Segurança de cobertura, em primeiro escalão, do CEx, e de flançoguarda do C Ex.
- Ações ofensivas: em força e atuando pela manobra.
- Ações defensivas: a DI pode participar nas manobras defensivas do CEx, podendo assumir 3 formas:
 - Defesa móvel (largura da Zona de Ação: 15 km);
 - Defesa "firme" (largura da Zona de Ação: 12 km); e
 - Defesa de desgaste (Zona de Ação de 250 km² a 300 km²).
- Ações de segurança de retaguarda do CEx.

Tentamos dar uma idéia geral das estruturas e do emprego tático das novas Grandes Unidades. Não entraremos nos pormenores da logística nem do Corpo de Exército, nem da Divisão; não estudaremos o emprego muito particular das Divisões Pára-quedista e de Montanha. Abordaremos em seguida outros aspectos importantes da reorganização, ou seja: a mobilização, a DOT, a Força Terrestre de Intervenção.

Mobilização

A mobilização tem os seguintes objetivos:

- melhor utilização possível do pessoal mobilizado;
- organização de unidades eficientes, a muito curto prazo.

Para a consecução desses objetivos, o papel das unidades da ativa é primordial. Em tempo de paz, a Divisão da ativa prevê a preparação e a instrução da Divisão da Reserva. Esta última é colocada sob as ordens do General adjunto do General comandante da Divisão da Ativa. Na medida do possível, os "reservistas" são empregados nas unidades ativas, ou, no mínimo, na mesma área geográfica (geralmente próxima aos seus domicílios) onde cumpriram o serviço nacional ativo. De uma maneira geral, os reservistas que serviram num Regimento da Ativa, e que voltam para a vida civil na mesma região, num raio de 200 km, serão chamados com prioridade para o Regimento "derivado" deste Regimento da Ativa.

Em média, os efetivos da Divisão de Reserva são fornecidos numa proporção de 85 por cento por reservistas e de 15% por elementos da Divisão Ativa (o chamado "NOYAU ACTIF" ou "núcleo base"). A Divisão de Infantaria de Reserva tem um efetivo da ordem de 5.000 homens (em vez dos 6.400 da DI ativa). Ela pode ser organizada a partir das ESCOLAS MILITARES ou pela DERIVAÇÃO, a partir de uma Divisão Ativa. A Divisão de Reserva não possui Regimento de Artilharia orgânico, mas poderá receber um Regimento de Artilharia da Reserva Geral.

É importante destacar que o pessoal "reservista" disponível é quantitativamente superior à demanda. Isto permite escolher este pessoal segundo critérios qualitativos, em particular o critério da especialidade obtida durante o serviço ativo, e, também, o critério de idade (os

mais jovens sendo chamados em primeira prioridade). Devido à importância das disponibilidades em reservistas, a duração média de permanência nas reservas é de 2 anos para os praças. Com relação aos "quadros" (sargentos e oficiais), a duração varia muito em função do posto e da especialidade.

Em caso de mobilização, é previsto chamar 4 Divisões mobilizadas oriundas das ESCOLAS MILITARES e 10 Divisões "derivadas" de 10 Divisões da ativa — o total será então de 29 Divisões operacionais, 14 Divisões de reserva e 15 Divisões da ativa.

No sistema anterior à reorganização, as responsabilidades do pessoal da Reserva eram limitadas ao nível Regimento. Nas condições do novo PLANO DE MOBILIZAÇÃO, este pessoal vai atuar no nível — "Divisão autônoma" — o que implicará em responsabilidades bem maiores.

Embora sejam polivalentes, as Divisões de Mobilização cumprirão, de preferência, missões de "Defesa do Território".

O novo conceito de DOT — Defesa Operacional do Território

Antes da reorganização, o sistema de DOT era baseado em prioridade na vigilância constante de um número importante de PONTOS CRÍTICOS ("points sensibles"), tais como: aeroportos, instalações de rádio e televisão e, sobretudo, centrais nucleares.

O novo conceito enfatiza a participação de todas as forças armadas sem restrições (unidades de ATIVA e de RESERVA) numa defesa global, cuja finalidade é criar um clima de insegurança para o inimigo através da redução de sua liberdade de ação. Essa defesa global ba-

seia-se na intervenção rápida de "meios em reserva". O sistema de vigilância meramente estático dos Pontos Críticos é complementado por um sistema dinâmico, que consiste em concentrar meios móveis mais importantes, no tempo e no lugar onde se concretiza uma ameaça determinada. Este novo sistema apresenta, claramente, a vantagem de economizar efetivos, os quais eram muito numerosos para assegurar somente uma guarda estática por antecipação. Por outro lado, o novo sistema aplica largamente os princípios de POLIVALENCIA e de MOBILIDADE como são preconizados. Com efeito, no antigo sistema, os Regimentos de Infantaria das Forças do Território atuavam, especificamente, em uma área geográfica determinada. Agora, todas as unidades podem intervir em todo o território. A defesa local dos pontos críticos perde sua importância, o número de pontos críticos defendidos diminui consideravelmente, e é prevista a interceptação dos elementos inimigos antes que os mesmos atinjam seus objetivos. Esta interceptação será realizada com meios agora superiores aos meios limitados das antigas forças territoriais.

A "GENDARMERIE" terá um papel marcante em DOT: sua missão principal será a busca de informações. Sua missão seguinte será a intervenção. A defesa de pontos críticos localizados no meio urbanizado será da responsabilidade da "GENDARMERIE MOBILE", especializada nas técnicas de manutenção da ordem e apta ao combate de tipo militar. Por fim, convém assinalar que haverá uma maior colaboração entre as autoridades civis e militares, porque a condução das operações no território nacional não deixará de criar sérios problemas de Defesa Civil, da responsabilidade do Ministro do Interior.

A nova Força Terrestre de Intervenção

O Ministro da Defesa formulou que: "a fim de assegurar a proteção dos nossos territórios ultramarinos, ou de cumprir as obrigações para com os Estados amigos, uma força de intervenção flexível e eficiente é necessária". Portanto, nossas forças poderão ser engajadas nas "ações exteriores". Em razão da polivalência, todas as forças armadas podem participar de uma ação exterior, mas algumas forças são especialmente orientadas para realizar este tipo de operações, sendo aptas, a qualquer momento, a fornecer o primeiro escalão de uma força de intervenção. A composição dessas forças, em fins de reorganização, é a seguinte:

- 11.º Divisão Paraquedista, estacionada no Sudoeste e na Córsega;
 - 9.º Divisão de Infantaria de Marinha, organizada na base da antiga 9.º Brigada. Composição: 409.º Btl Cmdo e Serviços, 1.º, 2.º e 3.º RIMA (Regimento de Infantaria de Marinha), RICM (Regimento de Carros de Marinha), 11.º RAMA (Regimento de Artilharia de Marinha), 41.º RI (Regimento de Infantaria). A 9.º DIMA está estacionada no BRETAGNE.
 - 1.º REC (Regimento Estrangeiro de Cavalaria), estacionado no Sudeste.
 - GOLE (Grupamento Operacional de Legião Estrangeira), estacionado na Córsega.
 - Um GALCA (Grupo de Aviação Ligeira de Corpo de Exército).
- Como exemplo recente deste tipo de intervenção, citaremos a operação aéro-terrestre realizada, de 18 a 28 de maio de 1978, em KOLWEZI (ZAIRE), pelo 2.º Regimento Estrangeiro Paraquedista estacionado em CALVI (Córsega), a uma distância de 7.900 km da base de

estacionamento desta unidade, com prazos extremamente reduzidos para a montagem da operação.

ASPECTOS FINANCEIROS DA REORGANIZAÇÃO

A situação das Forças Armadas em 1975 era preocupante. Com efeito, a parte do Orçamento da Defesa, dentro do Orçamento do Estado, vinha constantemente decrescendo de 1965 a 1975. Em percentagem, esta parte tinha caído de 22,5% em 1965 a 16,9% em 1975. Em relação ao Produto Nacional Bruto, esta mesma parte passara de 4,25% em 1965 a 2,89% em 1975. Era absolutamente imperativo corrigir essa situação. O governo resolveu lançar uma nova Programação destinada a exprimir o esforço financeiro consagrado a Defesa e marcar a importância prioritária concedida a este item pelo Chefe do Estado.

A LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR, votada em junho de 1976 pelo Parlamento, e aprovada com larga maioria de votos, institui o quadro dentro do qual se desenvolverá o esforço francês no período 1977-1982. O objetivo dessa LEI é manter, durante este período, nossos meios militares a um nível compatível com as exigências da nossa política. O objetivo para o ano 1982 é consagrar 20% do Orçamento do Estado à DEFESA, ou seja 3,65% do Produto Nacional Bruto.

No caso particular do Exército, a programação 1977-1982 corresponde à realização do PLANO DE REORGANIZAÇÃO.

Esta programação prevê, particularmente:

- melhoria da condição do pessoal;
- elevação do nível de atividades das unidades; e

– utilização de um número importante de equipamentos novos.

Como dado estatístico, o Orçamento de 1977, para a Defesa, atribuiu os créditos da forma seguinte:

- Exército 31,18%
- Força Aérea 20,75%
- Marinha 17,55%
- Gendarmerie 10,37%
- Serviços Comuns 20,15%

Uma ligeira análise deste orçamento pode ser feita. Os seus objetivos eram:

- melhorar a condição material do pessoal civil e militar.
- esforço nas atividades e no treinamento das forças. Para as unidades do Exército, o ritmo de atividades operacionais é de 100 dias por ano (perfodos nos campos militares, exercícios externos). A Marinha, por exemplo, deve passar 100 dias no mar por ano.
- manutenção programada dos equipamentos.

- reestruturação das forças.

Deve-se notar o aumento importante do chamado "TÍTULO V", que diz respeito a créditos de equipamento, fabricação de armamentos, e instalação de unidades. A prioridade dentro do título V é a seguinte:

- *armamento nuclear* (16,5% do orçamento da Defesa)

Armamento estratégico: o esforço essencial diz respeito ao desenvolvimento do míssil SSBS "S3" com cabeça termo-nuclear e a entrar em serviço em 1980.

Armamento tático: o esforço é feito para a dotação em ANT (armamento nuclear tático).

- *programa "Pesquisa e Desenvolvimento – Experimentações"*

Em 1977, esses créditos representaram um quarto do total dos créditos de pagamento do título V.

— *equipamentos em material convencional*

Os créditos de fabricação de armamentos para o Exército tem aumentado de 11%. Esses créditos dizem respeito, com prioridade, ao acréscimo da mobilidade das novas unidades — tipo 1977 — através da produção em série do AMX 10 RC e do fornecimento dos VAB, bem como de uma quantidade determinada de AMX 30. Por outro lado, há um esforço importante no campo de armas anticarros e antiaéreas (ROLAND, MILAN, HOT) e para o novo RITTA (Rede integrada de comunicações do Exército).

— *infra-estrutura*

Os créditos vão, com prioridade, para a renovação de instalações militares antigas e à construção de aquartelamentos modernos.

Concluindo, podemos afirmar que a LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR, que permite elevar de maneira marcante a situação das Forças Armadas e, particularmente, do Exército, não deixa persistir nenhuma dúvida quanto à prioridade do armamento nuclear da FRANÇA. Aquela LEI permite respeitar esta prioridade sem prejudicar, entretanto, a modernização das nossas FORÇAS CONVENCIONAIS, manifestando dessa forma a vontade da FRANÇA de garantir a sua independência e a sua Segurança.

CONCLUSÃO

A decisão da FRANÇA de dotar-se de uma defesa coerente — assim traduzindo a vontade da Nação de assegurar sua independência — resultou na organização de meios nucleares com uma prioridade maior dentro dos meios da defesa.

O considerável esforço orçamentário realizado pelo país para criar o seu arse-

nal nuclear, principal instrumento da defesa, não tinha permitido que o ritmo de desenvolvimento das Forças Convencionais fosse igual ao ritmo de desenvolvimento das Forças Nucleares.

A REORGANIZAÇÃO vai permitir alcançar a coerência desejável da nossa defesa, através do aumento dos recursos atribuídos às forças convencionais.

Essas forças, hoje, representam o complemento imprescindível das forças nucleares. Elas permitem assegurar a proteção dos nossos meios nucleares estratégicos, garantir a segurança do território francês e, sobretudo, dar à FRANÇA a possibilidade de evitar o dilema totalmente irrealista do “tudo ou nada”, isto é, da escolha entre o apocalipse nuclear ou a capitulação.

Dentro dessas forças, o Exército desempenha o papel essencial. Pudemos ver as grandes fases da recente evolução do Exército francês, principalmente a completa reforma realizada em 1962 e a reorganização profunda iniciada em 1976 e com término previsto para 1980.

No fim dessa reorganização, os resultados deste grande esforço são os seguintes:

- surgimento de novas Grandes Unidades (Divisão 1977) polivalentes, aprestados, potentes e de mobilidade maior graças a seus equipamentos modernos.

- simplificação das estruturas de comando.

- desconcentração das forças e distribuição mais harmoniosa no território nacional.

- sistema de mobilização mais eficiente.

- esforço de adaptação a nossa época no âmbito das relações humanas, da instrução e da gestão.

Em fin de reorganização, o Exército incluirá: 15 Divisões da Ativa, às quais

convém acrescentar os 16.000 homens em serviço ultramarino e, em caso de conflito, o reforço de 14 Divisões da Reserva.

Desde 1962, poucas instituições importantes experimentaram uma mutação de vulto comparável à realizada pelo Exército francês que se encontra em condições de desempenhar um papel fundamental na defesa do país.

ANEXO A

CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS EQUIPAMENTOS

1. ARMAMENTO DE INFANTARIA E ARMAMENTO ANTICARRO



1.3. HOT

Míssil anticarro guiado por sistema de infravermelhos

Peso: 34 kg

1.1. Morteiro de 120 mm tipo F1

Equipe: 6 homens

Peso: 570 kg

Tubo: raiado

Alcance: 8.000 m sem propulsão adicional; 1.300 m com propulsão adicional

1.2. MILAN

Míssil anticarro guiado por sistema baseado na radiação infravermelha

Peso: 28 kg

Alcance máximo: 2.000 m (tempo: 12 segundos)

Perfura 35 cm da blindagem

2. BLINDADOS

2.1. *Carro de combate AMX 30*

Equipagem: 4 homens

Peso: 36 toneladas

Autonomia: 600 km

Velocidade média: 65 km/h

Armamento: 1 canhão de 105 mm;

1 canhão de 20 mm; 1 metralhadora de 7,62 mm

Pode operar em ambiente contaminado

Capacidade de submersão

Velocidade máxima (em rodovia) 65 km/h

Armamento: 1 canhão de 20 mm; 1 metralhadora de 7,62 mm

Anfíbio. Pode operar em ambiente contaminado

2.3. *Veículo de Reconhecimento AMX 10 RC*

Equipagem: 4 homens

Peso: 15 t

Autonomia: 800 km

Velocidade máxima (rodovia): 85 km/h

Armamento: 1 canhão de 105 mm; 1 metralhadora de 7,62 mm

Anfíbio. Pode operar em ambiente contaminado.

2.2. *Veículo de Combate AMX 10 P*

Equipagem: 2 homens

Efetivo transportado: 9 homens

Peso: 14 toneladas

Autonomia: 600 km

2.4. Veículo blindado VAB

(Véhicule de l'Avant Blindé)

Efetivo transportado: 12 homens

Peso: 13 t

Autonomia: 1.200 km

Velocidade máxima (rodovia): 90 km/h

Armamento: 1 metralhadora de 7,62 mm

Anfíbio. Pode operar em ambiente contaminado

2.5. Veículo anticarro VAB/HOT

Número de mísseis em posição para o tiro: 2

Número de munições estocadas: 12

Equipagem: 3 a 4 homens

3. ARTILHARIA

SUPERFÍCIE-SUPERFÍCIE

3.1. Canhão de 155 mm AP GCT

Chassis AMX 30

Peso: 43 t

Velocidade máxima (rodovia): 60 km/h

Alcance: 23.000 m

3.2. Obuseiro de 155 mm BF 50

Rebocado

Alcance: 18.000 m

Cadência de tiro: 6 tiros em 2 minutos.

Prazos para entrada em bateria: 20 a 30 minutos

3.3. Sistema de Arma PLUTON

Chassis AMX 30

Velocidade máxima (rodovia): 60 km/h

Equipagem: 4 homens

Alcance: 20 a 120 km

Potência nuclear: 10 KT ou 25 KT



4. ARTILHARIA SUPERFÍCIE-AR

4.1. Sistema de Arma ROLAND

Chassis AMX 30

Todo tipo de tempo

Tempo claro

Alcance: 0,5 a 6 km

4.2. AMX 13 BI-TUBOS DE 30 mm

Alcance: 2.500 m

Cadência de tiro: 600 tiros/minuto

Somente tempo claro (visada direta)

4.3. Canhão-Metralhador de 20mm

Antiaéreo

Montado: sobre carro AMX 30; VTT AMX 10; VAB

Cadência de tiro: 700 tiros/minuto

Alcance eficaz contra aeronaves: 1.500 m

Alcance eficaz contra blindados: 700 a 1.000 m (com obus perfurante)

5. ALAT – AVIAÇÃO LIGEIRA DO EXÉRCITO

5.1. ALOUETTE II

Velocidade média: 160 km/h

Autonomia com 3 passageiros: 1 hora

Autonomia máxima: 3 horas 15 minutos

Possibilidades: 2 macas: 2 missões

Possibilidades: 2 macas; 2 missels

5.2. ALOUETTE III

Autonomia com 4 mísseis: 1 hora 30 minutos

Autonomía máxima: 2 h. 30 min.

Possibilidades: 2 macas; 4 mísseis
SS11

5.3 SA 341 "GAZELLE"

Velocidade média: 250 km/h

Autonomia máxima: 4 horas

Autonomia 5 passageiros

5 passageiros
Velocidade média com mísseis AC
"HOT": 200 km/h

Autonomia média com mísseis: 1 h 30 a 2 h

Armamento: 4 mísseis

54 SA 330 "PIUMA"

Velocidade média: 250 km/h

Autonomía máxima: 2 h 30

Possibilidades: 12 a 16 passageiros

Possibilidades: 12 a 18 passageiros, ou 6 feridos deitados, ou 1,5 toneladas de carga.

BIBLIOGRAFIA

GUY DOLY = "Stratégie France-Europe"

(Biblioteca Geral da Escola de Comando e Estado-Maior, Rio de Janeiro).

REVISTA "Armées D'Aujourd'Hui" (Service D'Information et de relations publiques des Armées - 231 Boulevard Saint Germain - 75007 - PARIS).

REVISTA "Terre Air Mer" (19 Boulevard
Latour Maubourg — BP 113-97 — 75326
— PARIS — CEDEX 07).

JORNAL "*Terre Informations*" (Etat-Major
de L'Armée de Terre Cabinet - 14 Rue
Saint Dominique - 75997 - PARIS -
ARMÉES).

Documentação da Escola Superior de Guerra Francesa (Paris).